



**Repensando os Novos Objetos, os Novos Problemas e as Novas Abordagens:
Uma Análise da Historiografia Uspiana (1985-1994)**

Thiago Granja Belieiro¹

Resumo: O artigo estuda as relações teóricas e metodológicas entre a historiografia brasileira e a historiografia francesa da terceira geração dos Annales – a geração da Nova História. Tendo como foco analítico o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo, o artigo apresenta dados quantitativos da produção do programa em geral, ao mesmo tempo em que aponta dados relativos à presença de trabalhos conectados à Nova História, mostrando ainda quais os principais temas originaram pesquisas no programa, com destaque para a História das Mentalidades, do Imaginário e da Sexualidade. Por fim, o texto dedica-se a uma análise das práticas historiográficas num conjunto de seis trabalhos, relevando aspectos teóricos e metodológicos da relação dos historiadores do programa com a Nova História.

Palavras-Chave: Historiografia Brasileira. Annales, Antropologia.

**Rethinking the New Objects, the New Problems and the New Approaches:
An Analysis of the Historiography at Uspiana**

Abstract: The article studies the theoretical and methodological relations between the Brazilian historiography and the French historiography of the third generation of the Annales – the generation of the New History. Having as its analytical focus the Program of Post-Graduation in History of the University of São Paulo, the article presents quantitative tables of the production of the program in general, and at the same time, it points out data related to the presence of papers connected to the New History. It also shows which main themes originated researches in the program, highlighting the History of Mentalities, of the Imaginary and the Sexuality. At last, the paper also presents an analysis of the historiographic practices in a group of six papers, relieving theoretical and methodological aspects of the relation of historians in the program with the New History.

Keywords: Brazilian Historiography, Annales, Anthropology.

Introdução

A proposta deste artigo conecta-se diretamente a História dos problemas, uma das vertentes de análise da História da Historiografia apresentada por Horst Walter Blanke. Para o autor, nesse caminho analítico busca-se compreender a história das subdisciplinas da História (história da história antiga ou história da história moderna), a história das relações entre disciplinas (História e Sociologia ou História e Antropologia) e ainda, entre diferentes historiografias nacionais (BLANKE, 2006, p. 31). Deste modo, elegemos dois desses problemas para a investigação empreendida no presente texto: em primeiro lugar e em primeiro plano, as relações da historiografia brasileira com a historiografia francesa da terceira geração dos Annales; e como problema secundário e decorrente do primeiro, as relações da História com a Antropologia. Nossa proposta

¹ Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Docente da Universidade do Oeste Paulista. Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).



busca amparo teórico em Michel de Certeau, pois entendemos com ele que a fabricação de artefatos historiográficos ocorre dentro da articulação entre um lugar social, um conjunto de práticas de pesquisa umbilicalmente conectadas a esse lugar, possibilitando perceber a fabricação dos textos historiográficos como resultado dessa articulação entre o lugar e as práticas daí originadas e por ele condicionadas (CERTEAU 2002, p. 45-108). Dessa maneira, percebemos clara articulação entre a prática historiográfica dos historiadores uspianos e esse lugar de produção, articulação que atua na fabricação de dissertações e teses no período escolhido.

Com isso, o propósito é o de analisar a produção de dissertações e teses produzidas no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo (PPGH/USP), no período entre os anos de 1985 a 1994, com uma investigação mais aprofundada em seis desses trabalhos. Nesse intuito, o objetivo é perceber as conexões teóricas e metodológicas entre a historiografia produzida na Universidade de São Paulo e a terceira geração dos Annales, a geração da autointitulada Nova História e dentro disso, apontar relações epistemológicas entre a História e a Antropologia. Assim, além de perceber as conexões entre esse lugar de produção e a historiografia francesa, é possível compreender ainda aspectos concernentes às relações da Nova História com a Antropologia, ao mesmo tempo percebendo aspectos dessas relações na produção do PPGH/USP. Esse estudo pode contribuir para ampliar nossos conhecimentos acerca da historiografia brasileira dos anos 1980 e 1990, ainda pouco explorada, em que pesem trabalhos clássicos e outros recentes (FICO & POLITO, 1992; DIEHL, 1993; DIEHL, 2004; RAMOS, 2014; LINO, 2017).

Para realizar a conexão entre a proposição de Blanke e Certeau, realizamos apontamentos acerca do contexto das relações da historiografia brasileira com a historiografia francesa. Ainda, discutimos questões epistêmicas fundamentais para a compreensão das relações entre a História e a Antropologia, entre elas a ascensão do paradigma pós-moderno e o giro linguístico, contemplando dois dos problemas propostos por Blanke. Na investigação acerca do Programa de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo, apontamos dados quantitativos dessa presença que podem dimensionar o papel exercido pelos Annales no Programa e, por conseguinte, na historiografia brasileira, ainda apontamos a presença de linhas de pesquisa diretamente conectadas aos Annales da terceira geração. Por fim, com o objetivo de demonstrar as práticas historiográficas do Programa, analisamos aspectos metodológicos de seis desses trabalhos que alcançaram publicação² e certa

² É importante frisar que esses trabalhos foram analisados dentro de uma pesquisa de doutoramento realizada pelo autor, e que os resultados obtidos com as pesquisas não publicadas revelaram-se muito próximas daqueles analisados nesse



notoriedade no campo historiográfico brasileiro, revelando nessa análise relações teóricas e metodológicas dos historiadores da Universidade de São Paulo com a historiografia francesa e com a Antropologia.

Historiografia Brasileira na Historiografia Global

Para Iggers e Wang (IGGERS; WANG 2007, p. 1-16) a historiografia do século XX precisa ser pensada numa perspectiva global, ou seja, para esses autores a produção do conhecimento histórico passou também por um processo de globalização. Tal fenômeno indicaria um processo de modernização da historiografia atrelada diretamente a uma busca constante por bases mais científicas na realização das pesquisas historiográficas, perceptível na ênfase cada vez maior que é dada à escrita da história baseada no exame crítico das evidências e fontes por profissionais treinados especificamente para tal tarefa. Para os autores, tal processo ocorre globalmente em fins do século XIX e início do século XX, com elementos do método rankeano sendo perceptíveis em diferentes partes do globo.

Nesse sentido, para os autores, a inserção da historiografia brasileira nesse movimento global pode ser percebida a partir, principalmente, da criação da Universidade de São Paulo, na década de 1930 (IGGERS; WANG 2007, p. 292). Nesse momento de formação do campo acadêmico brasileiro, a historiografia francesa ocupará posição central, tanto no que diz respeito às formas de organização administrativa da universidade, quanto nas práticas pedagógicas e de pesquisa. Tal processo ocorreu devido à vinda de mestres franceses para dar aulas e dar início às pesquisas acadêmicas na área de História, Geografia, Ciências Sociais, entre outras (ROIZ, 2012, p. 167-203).

A presença dos professores franceses, geralmente, com permanências curtas, não ultrapassando dois anos, salvo exceções, teria fomentado o início da pesquisa acadêmica em História com fortes conexões com o movimento dos Annales, já que muitos desses professores tinham relações próximas com a revista, sendo Fernand Braudel, embora ainda bastante jovem quando vem ao país, o caso mais exemplar. Portanto, a historiografia acadêmica brasileira nasce com fortes conexões com a historiografia francesa, inserindo-se nos processos globais de

artigo, isto é, o padrão aqui descrito foi encontrado no conjunto maior de trabalhos, constituído por 49 pesquisas, entre dissertações e teses. Dado o espaço limitado e a necessidade de seleção do material, optamos por parte dos textos publicados, pois acreditamos que estes são, provavelmente, de maior qualidade acadêmica. Ao mesmo tempo, textos publicados, geralmente, trazem repercussão e desdobramentos historiográficos em termos de crítica e inspiração a outros trabalhos (MALERBA, 2011. p. 161-162).



modernização do conhecimento histórico, ainda que nesse momento tal inserção ocorra de forma incipiente.

A relação dos historiadores da USP com os Annales contínua sendo uma das características marcantes da produção da universidade, durante as décadas de 1940, 1950 e 1960, sendo até mesmo enaltecida e reverenciada por muitos historiadores da universidade interessados em criar uma memória de filiação com os Annales. É o que fazem, por exemplo, Raquel Glezer, Maria Helena Rolim Capelato e Vera Lúcia Amaral Ferlini, no afã de constituir uma memória de enaltecimento (FERREIRA 2011, p. 324) à presença da “missão francesa” na Universidade de São Paulo, elas apontam a presença desta como fundamental para a edificação da Escola Uspiana de História (CAPELATO; GLEZER; FERLINI 1995, p. 15-26).

Naturalmente, que essa visão tem sido bastante contestada (RODRIGUES, 2013), sobretudo se considerarmos que a historiografia marxista sempre teve forte presença na historiografia brasileira, sendo marcante em boa parte dos trabalhos dedicados aos principais temas do passado histórico brasileiro (MALERBA; JESUS 2016, p. 142-173). Desse modo, pode-se falar na presença dos Annales como forte referência teórica no Departamento de História da Universidade de São Paulo durante boa parte do século XX, mas tal referência precisa relativizada, pois até fins dos anos 1970, a presença dos estudos e do pensamento marxista será relevante, para não dizer dominante nos estudos históricos produzidos na USP. Com isso, até o final dos 1970 e início dos anos 1980, podemos falar de uma coexistência entre Annales e Marxismo, como horizontes teóricos, predominantes na universidade, secundada por outras correntes.

Em fins dos anos 1960 e início dos anos 1970, a historiografia global vivenciará algumas mudanças epistemológicas fundamentais, mudanças que podem ser vistas como sintomas de crise de paradigmas por um lado, e por outro, como renovação de temas e objetos de pesquisa. A modernização do conhecimento histórico em todo o século XX, apontada por Iggers e Wang, deu-se nesse período através da aproximação dos historiadores com as Ciências Sociais. Nesse momento, o diálogo ocorreu, sobretudo com a Antropologia, desde então a preferida dos historiadores, o que levou a uma antropologização da história.

Esse fenômeno pode ser observado entre os historiadores da Micro-História italiana, pode ser observado na História do Cotidiano na Alemanha, em estudos culturais de historiadores soviéticos, na historiografia marxista inglesa, notadamente nos trabalhos de Thompson e, especificamente, entre os historiadores da terceira geração dos Annales, a geração da Nova História



e, mais tarde, entre os historiadores da chamada Nova História Cultural (IGGERS; WANG 2007, p. 257). No caso específico da Nova História, esse contato com a Antropologia teria aberto aos historiadores dos Annales, os novos problemas, os novos objetos e as novas abordagens, que poderiam ser resumidos pela incorporação de temas antropológicos, isto é, os temas típicos da Nova História emergiram na terceira geração dos Annales a partir dessa antropologização.

Para Frank Ankersmit, a história estaria entrando, nesse contexto, em um novo paradigma, causado, principalmente, pelo giro linguístico e suas consequências imediatas, sendo esse paradigma nomeado por ele de história pós-moderna, e esse tipo de história, guarda certas características que a aproximam da Antropologia. Para o autor, nesse modelo de produção historiográfica a contextualização é substituída pela descontextualização, isto é, pela tentativa de analisar as partes constitutivas do passado em sua independência democrática e individualista, sobremaneira exemplificada pelo relativismo exagerado da ausência de pontos de vista, o que naturalmente fragiliza o saber histórico.

Por outro lado e disso decorrente, o autor mostra que nessa história pós-moderna o passado deixa de ser visto como um todo coerente e unitário, tornando-se ao contrário uma soma anárquica ou democrática de estratos, que já não possuem hierarquias ou preponderâncias de uns sobre os outros, como no marxismo, onde o econômico pode determinar e explicar a superestrutura. Por fim, Ankersmit mostra que nessa história “as diferenciações tão naturais entre o essencial e o contingente entre o ser e o parecer, entre estrutura e acontecimento, dão lugar a um passado que é mera superfície e sob o qual não há nenhum sentido oculto a descobrir” (ANKERSMIT, 2006, p. 102). Daí que as essências tais como povo, ou nação, camada social ou instituição explicam-se na história de cada um deles, sem necessidade de criar relações entre essas.

Tal paradigma pós-moderno teria levado então a uma total relativização do conhecimento histórico, a uma hermenêutica radical, dos lugares de produção, dos seus produtores e do próprio passado, sendo a antropologia de Geertz a referência teórica central desse paradigma juntamente com outras formas de relativismo cultural (ANKERSMIT, 2006, p. 103). Para Ciro Flamarion, a emergência desse paradigma está conectada às questões do contexto histórico dos anos 1960 e 1970, e suas consequências seriam a preferência aos novos temas da Nova História, qual seja a História do Imaginário, das Mentalidades, do Cotidiano, dos Sentimentos, da Família, da Infância e outros, em detrimento das grandes sínteses e análises políticas e econômicas caras à historiografia econômica e social, predominantes no paradigma iluminista, em vigor no período entre os anos



1930 a 1968 (CARDOSO, 1997, p. 19-57). O resultado disso seria a História ter entrado num relativismo inconsequente, que dá margem à crise pós-moderna que atinge o conhecimento histórico, notadamente a partir do giro linguístico, e mais, o esvaziamento da história política e econômica, fazendo da História um ente inofensivo (CARDOSO, 1997, p. 45).

Uma das consequências marcantes de todas essas mudanças de paradigma historiográfico, marcadas então pela crise do paradigma iluminista e pela ascensão do paradigma pós-moderno, seria aquele apontado por Lawrence Stone no célebre artigo: O Retorno da Narrativa: Reflexões Sobre uma Velha Nova História (STONE, 2011, p. 8-37). Elencando motivações semelhantes a essas até aqui discutidas, Stone mostra que um dos aspectos importantes da Nova História é justamente o retorno a formas antigas de se proceder na escrita dos textos de história, que abandonam as explicações de caráter estrutural, cientificista, dos modelos econômicos do marxismo e da história total e do quantitativismo em nome agora de uma história que se preocupe com o que pensavam e sentiam as pessoas do passado histórico, interessando-se então por aspectos até então negligenciados da vida de indivíduos comuns e grupos pequenos (STONE, 2011, p. 22).

Na senda aberta pelo diálogo com a Antropologia de Geertz, de Evans-Pritchard, Mary Douglas e Victor Turner, Lawrence Stone aponta como as questões colocadas no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, somados às crises do paradigma iluminista, teriam levado os historiadores a uma história do tipo narrativo, ou seja, mais preocupada com um arranjo descritivo do que analítico, cujo foco está mais no homem em detrimento das circunstâncias, mais ligada ao particular, ao específico, enfim, trata-se de um modelo de escrita da história, mais próxima à literatura, e que conseqüentemente lhe afeta as formas e os conteúdos da historiografia (STONE, 2011, p. 10). Desse modo, o retorno da narrativa é mais um dos fatores presentes na crise do paradigma iluminista, mais um dos fatores que explicam a sedução dos historiadores pela Antropologia, sendo ao mesmo tempo causa e consequência do surgimento da Nova História Antropologizada. Como apontado, tal fenômeno atinge diferentes movimentos historiográficos, sendo a Nova História exemplar.

Como reflexo epistemológico dessas questões, uma das características marcantes da Nova História antropologizada são as novas concepções do tempo histórico. Para José Carlos Reis, a característica central e definidora das várias gerações dos *Annales*, é justamente a primazia do tempo longo, do tempo estrutural, mais afeito às permanências do que propriamente às mudanças, uma concepção de tempo mais próxima ao tempo natural, isto é, das repetições, das regularidades,



dos ciclos, um tempo que incorpora as “qualidades da simultaneidade [...] sem abrir mão da sucessão” (REIS, 1994, p. 127). Tal concepção do tempo estrutural é elemento chave para a compreensão da antropologização da Nova História, pois para incorporar os temas antropológicos, os historiadores precisam lidar com temporalidades mais afeitas às permanências, das regularidades, típicas dos fenômenos culturais. Essa rearticulação das noções do tempo estrutural tem uma história complexa, impossível de ser retomada aqui, mas conta com um capítulo especial no acalorado debate entre Lévi-Strauss e Fernand Braudel.

A historiografia brasileira, estabelecendo um diálogo assimétrico³ com a historiografia global, vivencia também essas questões epistemológicas, porém, com certas peculiaridades. Como primeira característica, existe certo descompasso temporal na chegada do paradigma pós-moderno aqui, pois o mesmo se faz presente principalmente nos anos 1980. Isso é decorrente do processo de publicação das obras (FICO; POLITO, 1994, p. 66-161), dos processos que envolvem os intercâmbios acadêmicos (CURY 2004, p. 128), ao tempo de assimilação e maturação dessas questões. Ao mesmo tempo, o contexto histórico brasileiro dos anos 1980, marcado pelo fim da Ditadura Militar, pela ascensão de novos partidos de esquerda e movimentos sociais, pela crise da URSS (MALERBA; JESUS, 2016, p. 168), pode ser determinante para a inserção desse paradigma e da antropologização da História entre nós.

A segunda característica, mais relevante, é que a antropologização da historiografia brasileira ocorre pelo diálogo com diferentes modelos historiográficos, pois uma das características marcantes da produção historiográfica brasileira do período é sua grande diversidade teórica. Com isso, é marcante a presença da Micro-história italiana, dos estudos de Thompson, dos trabalhos de Michel Foucault, sobretudo ligados à história da sexualidade, da Nova História Francesa e também da Nova História Cultural (RAGO, 1999, p. 174).

³ A ideia de diálogo assimétrico pode caracterizar o posicionamento da historiografia brasileira na historiografia global, é reveladora de um espectro paradoxal que ronda a historiografia brasileira. Por um lado, participamos dos processos de disciplinarização e cientificação do saber historiográfico, iniciado em meados do século XIX, e que mesmo tardiamente, tiveram lugar na historiografia brasileira. A cristalização do moderno conceito de história, a circulação da noção de historiografia, e mais tarde, a participação dos historiadores brasileiros nas reflexões epistemológicas da história, e ainda, a inserção dos historiadores dedicados à história da historiografia nas redes internacionais e o próprio crescimento desse campo no Brasil nos últimos anos são alguns dos elementos reveladores desse diálogo. Contudo, o paradoxo emerge na medida em que tomamos consciência da assimetria dessa interlocução. Os historiadores brasileiros, do ponto de vista teórico e metodológico, escutam muito mais do que falam. *Escutar*, nesse caso, significa ler, assimilar, incorporar e se apropriar das correntes e escolas historiográficas, dos modelos teóricos e metodológicos. Tomamos parte em sofisticadas reflexões epistêmicas, reverberando e replicando na periferia questões gestadas no centro. Esse é o paradoxo do diálogo assimétrico: os historiadores brasileiros ouvem os historiadores internacionais mais do que dialogam com eles, mas isso não quer dizer que daí não surja uma produção historiográfica autônoma e criativa, inclusive teoricamente (BELIEIRO; CARDOSO JR., 2018).



Nesse sentido, a antropologização da historiografia brasileira ocorre através do diálogo estabelecido com essas correntes historiográficas, e ainda, pelo diálogo realizado pelos historiadores brasileiros com a Antropologia. Ao mesmo tempo, essa antropologização de parte da produção historiográfica brasileira ocorre pela presença das questões epistemológicas discutidas acima para a historiografia global, uma vez que muitos dos seus espectros estiveram presentes em nosso campo (CEZAR, 2015). Contudo, o diálogo com a Nova História ocupa posição central nesse processo de antropologização de parte da historiografia brasileira, processo mais visível no Programa de Pós-graduação em História da Universidade de São Paulo.

Essa grande diversidade teórica apontada para a historiografia brasileira, nos anos 1980 e sua inserção mais efetiva na historiografia global é decorrente do processo de expansão dos lugares de produção, fenômeno que ocorre a partir da reforma universitária dos anos 1970, e que se consolida na década seguinte. Com isso, na década de 1980, existem em funcionamento no Brasil 16 programas de pós-graduação ofertando cursos de mestrado, e 8 ofertando cursos de doutorado (FICO; POLITO 1992, p. 33). Desse modo, cada programa assume diferentes matizes teóricos, dados as peculiaridades de seus processos de formação, organização de linhas de pesquisa, corpo docente, entre outros fatores. Com isso, embora muitos programas tenham preferências bem definidas, em muitos deles o que se observa é a convivência de mais de uma linha teórica e metodológica (GLEZER, 2011)

A Presença da Nova História no Programa de Pós-Graduação da USP

Ao analisar a produção historiográfica do programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo, entre 1985 a 1994, encontramos uma grande diversidade de modalidades historiográficas, correntes teóricas e metodológicas. Para termos uma ideia dos caminhos temáticos dessa produção, e mais, para avaliarmos a presença quantitativa dos temas da Nova História no programa, vamos realizar uma análise tendo como fonte o catálogo de teses e dissertações em História, organizado por Maria Helena Rolim Capelato, intitulado *Produção Histórica no Brasil 1985-1994* (CAPELATO et al., 1995) organizado a partir do projeto Pós-graduação-Anpuh: pesquisa, informação e intercâmbio, projeto criado para mapear a produção historiográfica brasileira, no âmbito da pós-graduação. O catálogo abrange a produção de todas as dissertações e teses, produzidas em todos os programas de pós-graduação existentes no período e traz informações tais como o título e o resumo do trabalho, seguido de autor, orientador e ano da defesa. Como nosso foco é a produção de trabalhos conectados à Nova História no PPGH/USP,



numa análise prévia, constatamos que era na área de História Social que se concentrava a esmagadora maioria dessas pesquisas, por esse motivo é que vamos analisar apenas essa área de concentração. Com isso, temos uma amostra significativa, uma vez que, no período entre 1985 a 1994, foram produzidos em todo o programa 349 trabalhos, sendo 277 produzidos na área de História Social.

Nesse conjunto de pesquisas que envolvem dissertações de mestrado e teses de doutorado encontramos algumas modalidades historiográficas com maior presença quantitativa, pois congregavam número relevante de trabalhos. Essas modalidades historiográficas eram a de História Política, História das Religiões e Instituições Religiosas, História da Ciência, História Regional, História Urbana e das Cidades, juntamente com História das Ideias, História da Medicina e das Doenças e, por fim, um conjunto de trabalhos que podem ser classificados como pertencentes à História da Arte, englobando trabalhos dedicados à arte, literatura, cinema e teatro (Figura 1). Obviamente que existe certa arbitrariedade nessa classificação, uma vez que muitos trabalhos transitam por áreas diferentes, contudo, para nossos objetivos realizamos uma classificação menos específica apenas como fito de mostrar a diversidade assumida pelos caminhos de pesquisa do PPGH/USP.

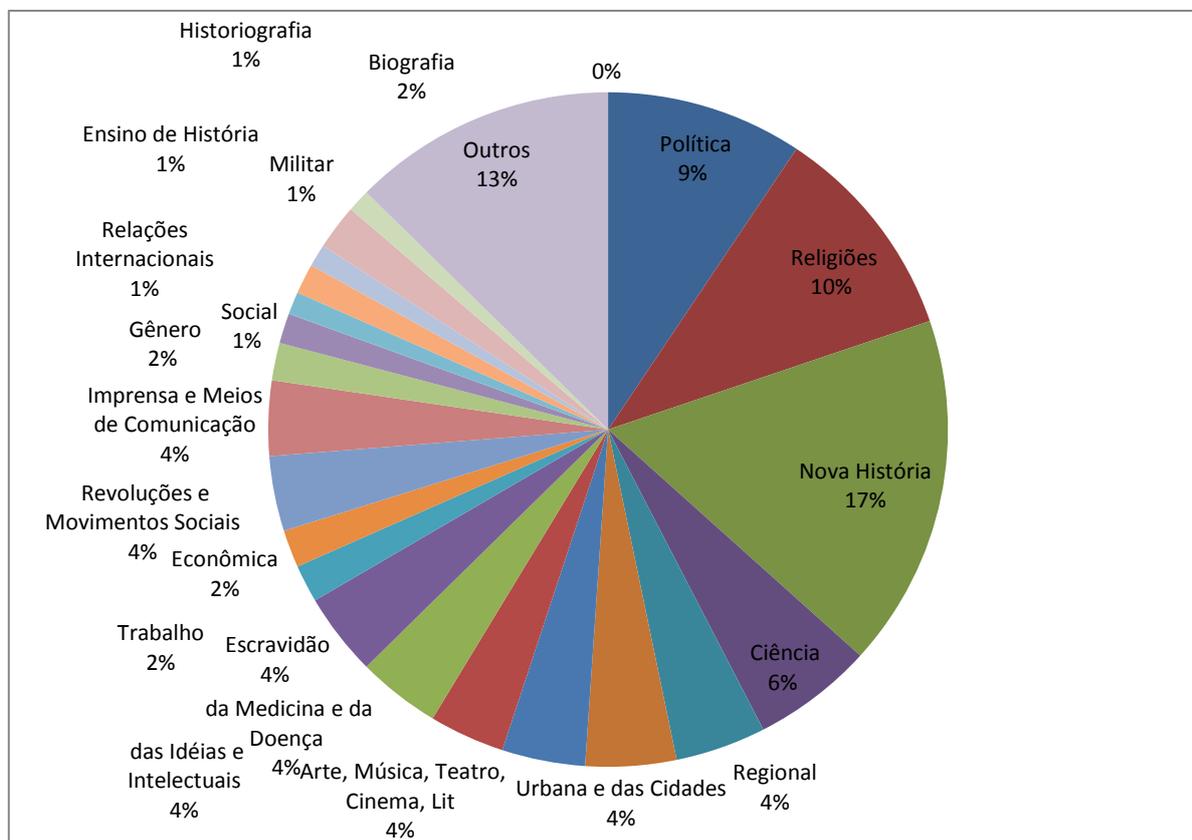
A distribuição quantitativa percentual (Figura 1) demonstra que entre as principais modalidades historiográficas estavam os trabalhos conectados à Nova História (aqui congregadas numa única modalidade historiográfica) uma vez que os mesmos perfaziam 17% da produção na História Social, (12% considerando as áreas de concentração em História Social e História Econômica) vindo, logo em seguida, os trabalhos de História Política com 9%, das Religiões com 10%, da Ciência com 6%, com outras áreas não ultrapassando os 4%. Na denominação Outros, percentualmente com 13% dos trabalhos, incluímos uma quantidade grande de temas, que produziram numericamente 2 a até 3 pesquisas, com temas tais como História Ambiental, História Oral, História Empresarial e dos Livros, entre outros. Numericamente, com essa distribuição em áreas temáticas, mais uma vez notamos a Nova História em posição proeminente (Figura 1).

Contudo, se isolarmos a produção ligada à Nova História com relação à totalidade das pesquisas da área de História Social no período elencando, teremos uma presença certamente mais tímida, bastante próxima dos outros programas de pós-graduação, onde dados coligidos em outra pesquisa mostrou números bastante próximos àqueles encontrados na Universidade de São Paulo na



grande maioria dos programas de pós-graduação do período (BELIEIRO, CARDODO JR., 2018, p. 86).

Figura 1 – Produção Historiográfica do PPGH/USP



Fonte: Elaboração do Autor (2017)

Desse modo, podemos concluir que embora referência importante na historiografia brasileira do período aqui analisado, a Nova História estava longe de exercer uma presença hegemônica como referência teórica e metodológica aos historiadores brasileiros. Como apontamos acima, os trabalhos conectados a essa corrente historiográfica deram origem a uma produção de dissertações e teses numericamente pouco significativa na Universidade de São Paulo, com 12% dos trabalhos, especificamente na área de concentração História Social o percentual chega a 17% e nos demais programas o percentual ficou em torno de 15%.

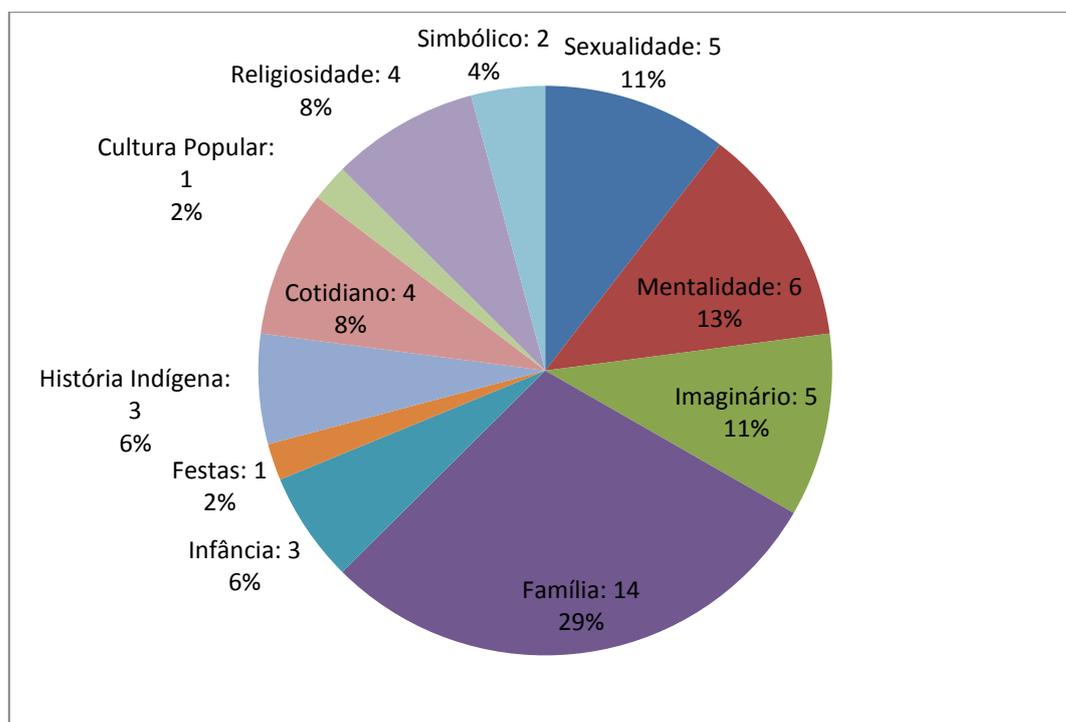
Com esses dados, podemos discordar da análise de Marshal Eakin (2011, p. 449), que aponta uma profunda dependência da historiografia brasileira com relação à historiografia francesa, embora, segundo o autor, seja possível observar no período o crescimento da influência da historiografia norte-americana e também da América Latina. Além desses dados que se contrapõem à análise de Eakin, trabalhos recentes tem mostrado a presença, na produção historiográfica



brasileira das décadas de 1980 e 1990, de correntes historiográficas ligadas à historiografia alemã (ARAÚJO, 2015), ao pensamento de Thompson e Foucault (RAMOS, 2015), e também à Micro-História de matriz italiana (LINO, 2017). Dessa maneira, ao invés de falar em profunda influência da historiografia francesa na produção historiográfica brasileira, o mais adequado seria profunda diversidade de influências teóricas e metodológicas de diversas origens, uma característica central da historiografia brasileira conectada à historiografia global.

No que diz respeito aos temas da Nova História produzidos na Universidade de São Paulo, notamos a presença maior dos temas ligados à História da Família, dada a existência no âmbito do programa do Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina, que capitaneia a produção ligada à História Demográfica e da Família. A seguir, temos a presença dos trabalhos ligados à História das Mentalidades, do Imaginário e da Sexualidade como forte presença, seguido de outros temas, como pode ser visualizado na Figura 2. A presença desses temas revelam as conexões entre a historiografia uspiana com a historiografia francesa, evidenciada pelos temas tipicamente ligados à produção da Nova História. Desse modo, a produção de dissertações e teses ligados aos temas da Nova História antropologizada é responsável pela antropologização dessa parte da produção historiográfica da universidade.

Figura 2 – Temas e Proporção de Trabalhos da Nova História na USP



Fonte: Elaboração do Autor (2017)



Com dados acerca de linhas de pesquisa e disciplinas ofertadas no programa para o ano de 1994, observamos que o mesmo contava com duas grandes áreas de concentração, que por sua vez congregavam duas linhas de pesquisa, História Econômica e História Social. Notamos a presença nessa última área de linhas de pesquisa ligadas diretamente à terceira geração dos Annales. Na linha de pesquisa de História e Cultura, existia a sublinha de arte, ciências, cultura material, imaginário, linguagens, memória e práticas culturais, sendo a cultura material, imaginário e práticas culturais temas clássicos da Nova História.

Na linha de História e Política, percebe-se a presença de sublinhas também ligadas aos Annales, haja vista a presença de orientações voltadas às representações políticas (ideologia, imaginário e símbolo), ou mesmo através dos estudos das práticas discursivas. Na linha de pesquisa dedicada à História das Ideias, aferimos ainda a presença das sublinhas de História da Família e Relações de Gênero, mais uma vez com forte presença dos Annales (CAPELATO, 1994, p. 298-303).

Com isso, o que se percebe é que apesar da quantidade pequena de trabalhos produzidos ao longo da década delimitada nessa pesquisa, nota-se que existia no programa sublinhas de pesquisa e disciplinas ofertadas que denotavam práticas de pesquisa conectadas com a historiografia dos Annales. Contudo, como dispomos de dados relativos ao ano de 1994, não podemos aferir como estava a configuração dessas características para o período elencado, e nem mesmo aferir os processos de mudança de orientação dessas linhas e da oferta de disciplinas ao longo de toda a década.

Uma História dos Problemas

Feita essa pequena análise da presença da Nova História no lugar de produção elegido no presente texto, passamos a agora ao exame das dissertações e teses que foram publicadas. O total de trabalhos chega a 16, número relativamente grande para uma análise individual no espaço de um artigo. Por esse motivo, dentre esses, escolhemos seis trabalhos para analisar, todos eles na confluência entre a História das Mentalidades, História do Imaginário e da Sexualidade, trazendo ainda relações com a História do Cotidiano. A escolha desses temas se deve ao fato de que os mesmos são notoriamente conhecidos, ainda, mostram com mais clareza a confluência temática, além de possibilitar análises teóricas pertinentes à antropologização da História. Apontamos ainda que os demais temas, tais como a História da Família, da Infância, do Cotidiano, a História Simbólica, a História das Festas e da Cultura Popular guardam grandes semelhanças com as



questões expostas abaixo, e que a negligência na análise de tais temas se deve ao pouco espaço pra isso disponível em um artigo.

O objetivo dessa parte do presente texto é a análise das práticas historiográficas produzidas nesse lugar de produção, para com isso aferimos de forma mais aprofundada como se dão as relações teóricas e metodológicas entre a historiografia produzida na Universidade de São Paulo e a produção historiográfica da Nova História francesa. Além disso, podemos notar ainda questões relativas ao relacionamento teórico e metodológico da História com a Antropologia, contemplando então dois aspectos da historiografia dos problemas de Blanke.

O procedimento adotado para essa investigação será a exposição das características comuns a esses trabalhos, seguidas de análises individuais resumidas. Acreditamos que esses temas espelham de maneira satisfatória os objetivos traçados acima. As perguntas que guiam nosso método de investigação e que colocamos a essas pesquisas são:

1. Como os temas da Nova História foram inseridos na realidade histórica brasileira?
2. De que forma lidam com a temporalidade, isto é, traçam quadros sincrônicos? Inserem-se na longa duração? Que relação mantém com processos de mudança?
3. Quais as fontes privilegiadas?
4. Como se dá o diálogo com a bibliografia francesa da Nova História? Existe exclusividade nesse diálogo, ou outras referências da antropologização estão presentes? Essas referências estão presentes no corpo do texto? De que forma?
5. É possível perceber a presença de antropólogos nessa bibliografia? Quais? Aparecem no corpo do texto? Ou seja, seus conceitos e teorias são efetivamente utilizados?

Característica comum a todos os trabalhos elegidos, a inserção dos temas da Nova História na realidade histórica brasileira se faz de maneira bastante interessante, revelando não só a incorporação dos temas, mas também sendo reveladora da conexão da historiografia brasileira com as questões que envolvem a historiografia global, além é claro, de descortinar aspectos até então pouco conhecidos do passado brasileiro. Na área de História das Mentalidades, do Imaginário e da Sexualidade isso ocorre de maneira sintomática, justificando que façamos a análise conjunta desses trabalhos. Não existe apenas a correlação do tema, existe ainda a correlação da realidade histórica europeia, origem desses temas, com a realidade histórica brasileira, ou seja, existe um intenso diálogo entre o passado europeu e brasileiro, facilmente perceptível. Malerba acredita numa



mestiçagem realizada com grande liberdade criadora nesse processo, com a mescla de muitos temas em um único trabalho ser algo bastante comum (MALERBA, 2009, p. 110).

Contemplando a primeira das perguntas, podemos aferir de que forma os temas da Nova História foram inseridos na realidade histórica brasileira. Laura de Mello e Souza defende a tese *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: Feitiçaria e Religiosidade Popular no Brasil Colonial*, em 1986, sob orientação de Fernando Novaes. A obra realiza o estudo da religiosidade popular, das práticas mágicas e da feitiçaria, trazendo para a historiografia brasileira o tema da religiosidade popular, comum aos trabalhos da Nova História. A autora aponta na introdução de sua tese a confluência existente em seu texto entre a História das Mentalidades e a História do Imaginário, dentro da preocupação central da pesquisa. Dada a complexidade e especificidade da realidade histórica brasileira, permeada que estava por múltiplos cruzamentos e níveis culturais distintos, a feitiçaria e a religiosidade popular precisam ser encarados, segundo a autora, por um longo processo de sincretização. Esse fenômeno irá ocorrer à medida que avançava o processo colonial, fazendo com que elementos portugueses fossem sincretizados com elementos indígenas e africanos (SOUZA 2009, p. 27-28).

Ronaldo Vainfas, por sua vez, defende a tese intitulada *Trópico dos Pecados: Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil*, em 1988, sob orientação de Eduardo Oliveira França (VAINFAS, 2010). Focada no estudo da sexualidade, das práticas sexuais e da repressão do catolicismo à sexualidade colonial, o trabalho insere-se nos estudos de História da Sexualidade e das Mentalidades em torno do sexo e suas práticas. Trazendo o tema para o período colonial brasileiro, a pesquisa evidencia a relação existente entre as práticas repressivas católicas realizadas no velho e no novo mundo. Desse modo, o trabalho tem conexão direta com a historiografia francesa dedicada ao tema, trazendo a problemática para a realidade histórica da Colônia, realizando inclusive um grande esforço de pesquisa em compreender as práticas repressivas do catolicismo europeu para então compreender a repressão às práticas sexuais que ocorreram por aqui.

Mary Del Priore, também em pesquisa de doutoramento, defende a tese: *Ao Sul do Corpo: Condição Feminina, Maternidades e Mentalidades no Brasil Colônia*, em 1990, com a orientação de Maria Luiza Marcílio (DEL PRIORE, 2008). O trabalho insere-se no campo de estudos do gênero feminino durante o período colonial, aliando essa abordagem com aquelas da Nova História, pois investiga o imaginário da mulher, a mentalidade coletiva expressiva de uma profunda misoginia, as práticas culturais e as representações simbólicas femininas indicativas da construção de arquétipos



que se esperavam das mulheres no período colonial. Desse modo, o texto estuda as construções imaginárias e simbólicas, própria das mentalidades coletivas acerca dos papéis femininos, papéis reais e esperados para a mulher do Brasil Colonial.

Por seu lado, Glória Kok em sua dissertação de mestrado intitulada: *Os Vivos e os Mortos na América Portuguesa: Da Antropofagia à Água de Batismo* (KOK, 2001), orientada por Laura de Mello e Souza e defendida em 1993, investiga as mentalidades e o imaginário em torno da morte de indígenas tupis-guaranis e portugueses, indicando verdadeira luta simbólica pelas crenças circunscritas à morte e ao morto, também no período colonial. Nesse caso, mais uma vez, observamos um tema clássico da Nova História dando origem a pesquisa original na historiografia brasileira. Nesse sentido, autora mostra como os indígenas pensavam a morte, qual era seu imaginário em torno desse fenômeno, para segui-la, compreender como os Jesuítas aturam no sentido de conversão dessa mentalidade e desse imaginário para as formas cristãs de encarar a morte. Mais uma vez, o trânsito pelo tema das mentalidades e do imaginário teve que necessariamente, considerar as peculiaridades do processo histórico brasileiro, revelando criatividade e atenção aos problemas históricos brasileiros no processo de produção historiográfica conectada aos novos temas e novas abordagens.

Plínio Freire Gomes, na dissertação de mestrado, defendida em 1994, orientada por também por Laura de Mello e Souza, com o título: *Um Herege Vai ao Paraíso: Cosmologia de Ex-Colono Condenado pela Inquisição (1680-1744)* (GOMES, 1997), estuda o imaginário religioso e a cosmologia de um cristão-velho, Pedro Hates de Henequim, preso pela Inquisição, com fortes semelhanças com o trabalho de Ginzburg, *O Queijo e os Vermes*, citado na introdução e no corpo do texto inúmeras vezes. Nesse caso, o imaginário e a cosmologia desse personagem histórico teriam sido forjados de forma peculiar devido ao período em que este viveu no Brasil colonial. Micro-História, imaginário religioso e mentalidades se entrecruzam na análise de Gomes para mostrar a cosmologia religiosa dum homem que viveu sempre dividido em vários mundos culturais, sendo o mundo europeu e do Brasil Colônia os mais evidentes.

Eliana Maria Rea Goldschmidt defende, em 1991, a tese intitulada: *Convivendo com o Pecado: Na Sociedade Colonial Paulista (1719-1822)*, com a orientação de Maria Beatriz Marques Nizza da Silva (GOLDSCHMIDT, 1998). A pesquisa está inserida também no campo confluyente da História da Sexualidade e das Mentalidades, estudando a sexualidade ilícita no período colonial paulista, isto é, estudando os processos de normatização das práticas sexuais pelo Catolicismo



Tridentino, notadamente as práticas de sedução, adultério, concubinato, cópulas consideradas ilícitas, entre outras questões que revelam a dominação individual de corpos e de consciências. A obra volta-se para a compreensão desse processo principalmente no que diz respeito à sexualidade feminina, conectando-se com a historiografia de gênero, podendo ser apontada ainda relação direta com a História do Cotidiano, sobretudo pela minuciosa reconstrução da convivência dos paulistas nos processos de transgressão das normas eclesiásticas, algo que também pode ser observado nos trabalhos anteriormente citados nesse artigo.

Com relação à segunda pergunta, de maneira geral, esses trabalhos trabalham com perspectivas temporais de longa duração⁴, pois se referem a temporalidades de um a três séculos, ao mesmo tempo em que buscam referências na longuíssima duração europeia, dentro das correlações apontadas acima entre a realidade histórica brasileira e europeia. Outra característica importante a ser assinalada, é que dos seis trabalhos aqui elencados, todos se referem ao período Colonial. Isso é algo interessante, pois é notória a preferência dos historiadores dos Annales para estudos voltados ao período Medieval e Moderno, sendo pouco comum trabalhos em História das Mentalidades que se referem à História Contemporânea.

Aqui a preferência será dada ao período Colonial, nesse e nos demais temas. Com relação aos processos de mudança, em todos eles existem preocupações com mudanças lentas, do plano das mentalidades, na medida em que buscam traçar processos de cruzamentos entre uma mentalidade europeia e outra brasileira. Assim, observa-se a tentativa do aparato Colonial de mudar as mentalidades no Brasil Colônia de acordo com ditames metropolitanos, seja no enquadramento da sexualidade, seja no das religiosidades, seja no papel da mulher e mesmo na concepção de morte dos indígenas brasileiros. Em Gomes e Goldschmidt, a temporalidade também é colonial, porém são os únicos dos trabalhos a trazerem uma datação mais precisa. Em Gomes a datação concernente ao período de 1680 a 1744 refere-se à vida do personagem central da obra. Mesmo assim, o trabalho também busca na longa duração europeia explicações para algumas das concepções cosmológicas de Henequim⁵.

Em Goldschmidt a datação está entre 1719 a 1822 e refere-se à fonte principal do trabalho, o compêndio legislativo Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, conjunto de normas

⁴ Dada a temporalidade histórica brasileira, bastante curta em relação à europeia, utilizamos o termo longa duração para a indicação de períodos de dois a três séculos, e longuíssima duração para se referir a temporalidades mais longas, que perpassam vários séculos.

⁵ Ver o Capítulo 5: A Polifonia da Criação. In: Gomes (1997, p. 80-96).



eclesiásticas que vigorou no período compreendido pela pesquisa. Nesse caso específico, existe pouca preocupação com a mudança histórica, sendo sintomática da antropologização da história, ou seja, a preocupação em perceber as práticas eclesiásticas e sua normatização por parte da Igreja sem apontar mudanças importantes que essa normatização infligia nos comportamentos sexuais. Ao mesmo tempo, as referências às práticas sexuais e a normatização da Igreja ocorre recorrendo-se à longa duração católica, desde o primeiro capítulo. Característica central da antropologização da história, o tempo lento, estrutural, marcado mais pelas permanências do que propriamente pelas mudanças é evidência marcante encontrada na produção brasileira antropologizada.

As fontes dessas pesquisas são praticamente as mesmas e revelam outra correlação com a historiografia da Nova História, porém com algumas peculiaridades concernentes ao Brasil Colônia. Em todos esses trabalhos são utilizadas fontes eclesiásticas, entre outras, aquelas produzidas pelo Santo Ofício, característica comum também aos Annales. Porém, nesses trabalhos as fontes são aquelas produzidas pelas visitas do Santo Ofício no Brasil Colônia, fontes que foram publicadas ao longo do século XX. Outra peculiaridade fica por conta da utilização dos cronistas, Jesuítas em especial, mas também os viajantes que abundavam em terras brasileiras, recurso utilizado em todas essas pesquisas. Há ainda a utilização de correspondências, documentação oficial do Estado Colonial Português, além de arquivos da Torre do Tombo. De maneira geral, tudo é fonte para a história também na historiografia brasileira antropologizada pelos contatos com a Nova História.

Metodologicamente, as análises dessas fontes trazem a especificidade da realidade histórica brasileira, objeto central desses estudos, contudo, como existe forte relação desses temas com a realidade histórica europeia, e não sendo possível em todos os casos que os autores realizem trabalho com fontes para essa realidade, o que se observa de forma geral é a utilização da bibliografia estrangeira para dar conta dessa problemática, algo comum na maior parte desses textos⁶.

Por isso, no que diz respeito ao diálogo com a bibliografia francesa, em todos esses trabalhos ela está presente. De forma geral, os autores da Nova História, Le Goff, Duby, Flandrin, Delameau, Burguière, Ariès, Mandrou, Ladurie são presença constante nesses seis textos. Laura de Mello e Souza, por exemplo, mostra que a escolha do tema é debitada das leituras feitas na obra de

⁶ Seguem indicações de capítulos que comprovam nossas afirmações, não desenvolvidas pela falta de espaço. Em Vainfas ver Capítulo 1, intitulado a Contrarreforma e o Além-Mar. Em Souza o Capítulo 1, intitulado: Riquezas e Impiedades: A Sina da Colônia. Em Priore ver a Parte 1, Mulher e História. No texto de Gomes ver Capítulo 5: A Polifonia da Criação. Em Kok ver Capítulo 3: O Triunfo da Pedagogia Cristã. Em Barreiro ver Parte II: Das Representações às Práticas Sociais. Em Goldschmidt ver Capítulo 1: O Pecado Original e o Livre-Arbítrio.



Le Goff, Ginzburg e Delameau (SOUZA, 2009, p. 27), e no prefácio da edição publicada em 2003, a autora aponta de forma mais detida tais relações, indicando contatos com a bibliografia norte-americana sobre o tema, e de antropólogos, dos quais falaremos adiante. Vainfas, por seu turno, fala em inspirações recebidas dos trabalhos de Ariès, Flandrin, Bérard, Ladurie, Bennassar, Dedieu, Ginzburg, Foucault, Bakthin (VAINFAS, 2010, p. 20).

No trabalho de Plínio Freire Gomes, há referências a Bakthin, Braudel, Burke, Barthes, Delameau, Chaunu, Le Goff, Ladurie, Vovelle, a muitos trabalhos de Ginzburg, a Christopher Hill, Thompson. Na sua introdução, Gomes diz como a historiografia recente (1970 e 1980) vendo substituindo a noção antropológica de um conceito de cultura coletivamente partilhado, introduzindo-se nas discussões em torno das clivagens, circularidade e níveis culturais, citando nesse processo Bakthin, Thompson, Natalie Davis, Robert Darton e Roger Chartier (GOMES, 1997, p. 24).

Contudo, mais uma vez inserindo-se nas discussões teóricas da Nova História e da Nova História Cultural, o autor mostra-se mais afeito à noção de circularidade de Ginzburg e a dialógica de Bakthin, haja vista que as noções de cultura erudita e popular foram vistas como empobrecedoras por autores como Vovelle e Jean Claude Schmitt (GOMES, 1997, p. 24). Mary Del Priore e Glória Kok não fazem menções explícitas na introdução aos autores franceses, contudo, o diálogo com esses autores é uma constante no corpo do texto, aliás, algo presente em todos eles, sobretudo na comparação entre a realidade histórica europeia e brasileira, e ainda, quando a documentação deixa lacunas, essas são preenchidas com a bibliografia francesa.

Em Goldschmidt percebe-se filiação direta aos estudos de História da Sexualidade realizados entre a historiografia francesa, para a autora estudar a sexualidade “constitui, segundo Jean-Louis Flandrin em o Sexo e o Ocidente, uma dos grandes assuntos da história social”. (GOLDSCHMIDT, 1998, p. 20). Com isso, os autores franceses ocupam posição importante na bibliografia do trabalho, incluindo na lista Foucault, Ariès, Delameau. Interessante nesse texto é o diálogo com autores da História da Sexualidade de outras origens, assim autores latino-americanos, ingleses e norte americanos estão presentes, tais como Charles Boxer, Pablo Rodrigues, Asunción Lavrin, A. J. R. Russel-Wood, Ann Twinam. Ao mesmo tempo, toda a bibliografia brasileira produzida sobre a História da Sexualidade no Brasil é citada, entre eles o trabalho de Vainfas, Luiz Mott, entre outros.



No que diz respeito à presença da Antropologia nesse conjunto de pesquisas, podemos notar a presença no trabalho de Laura de Mello e Souza de antropólogos tais como Roger Bastide, Bronislau Malinowski, Evans Pritchard e Keith Thomas. Os dois últimos, especialmente, realizaram importantes estudos sobre magia, bruxaria e religião no contexto das sociedades primitivas. Bastide, por sua vez, têm importantes estudos sobre as religiões africanas no Brasil. Esses autores são citados no corpo do texto, principalmente quando a autora tece reflexões e comparações com seu objeto de estudo⁷. No prefácio da edição que ora analisamos, a autora aponta a importância na sua pesquisa “que certas obras de Antropologia tiveram para a elaboração da problemática geral deste livro”, para concluir logo depois, que sua abordagem é “eminentemente histórica” (SOUZA, 2009, p. 22).

No trabalho de Vainfas não encontramos referências bibliográficas onde constam antropólogos, o mesmo não acontecendo ao longo do corpo do texto, sendo as referências da Nova História presença constantes, com Foucault sendo interlocutor importante. A mesma característica é encontrada no trabalho de Mary Del Priore e de Goldschmidt. Nesses três casos, estamos diante de uma história antropologizada pelos temas privilegiados e não propriamente pelos contatos teóricos diretos com a Antropologia. Contudo, sabendo que tais temas emergem na historiografia a partir dos contatos da História com a Antropologia, podemos apontar a antropologização da historiografia brasileira que ocorre a através das conexões com esses temas.

A dissertação de Gloria Kok traz na bibliografia autores tais como Pierre Clastres, Héliene Clastres, Lévi-Strauss, Métraux, antropólogo francês estudioso das tribos tupi-guarani e Marshall Sahlins. A especificidade do objeto de Kok, ou seja, a mentalidade em torno da morte das tribos tupi-guaraníse o processo de incorporação por parte dessas tribos da mentalidade cristã e europeia fez com que a autora utilizasse as contribuições antropológicas, com a incorporação do conhecimento antropológico sobre essas tribos como uma constante em todo o texto, sendo o primeiro capítulo exemplar.

Com isso, na construção do Capítulo 1 da dissertação, intitulado: Os Mortos em Desassossego, dedicado a compreender a mentalidade em torno da morte entre os indígenas brasileiros, a autora usa tanto fontes como as crônicas jesuíticas, os relatos dos viajantes quinhentistas, mas também e, principalmente, os trabalhos de antropólogos brasileiros, tais como Eduardo Viveiros de Castro, Manuela Carneiro da Cunha, o trabalho de Florestan Fernandes sobre

⁷ Exemplar nesse processo é o Capítulo 2: Religiosidade Popular na Colônia.



os Tupinambás, e ainda, os antropólogos citados acima. Metodologicamente, as análises da autora vão mesclando o uso de fontes do período com as pesquisas antropológicas, solidificando suas análises históricas em confluência com as análises antropológicas. Ao relatar as concepções dos indígenas sobre a morte de seus inimigos nos rituais de antropofagia, a autora cita as observações do padre Manoel da Nóbrega, a seguir do jesuíta Fernão Cardim, para logo em seguida, citar Eduardo Viveiros de Castro, realizando a comparação entre o observado nas fontes e entre o observado pelo antropólogo em estudo realizado no século XX (KOK, 2001, 25-26).

Nas referências bibliográficas do texto de Gomes, apontamos a presença de Roger Bastide, quatro textos de Claude Lévi-Strauss, a Métraux, citados ao longo do corpo do texto eventualmente. No Capítulo 4, O Sexo dos Anjos, Gomes filia-se sua técnica de análise aquelas da antropologia estrutural de Lévi-Strauss, na tentativa de compreender os significados das ideias de Henequim, Gomes afirma que “essa estratégia de abordagem remete ao modelo de análise estrutural. Supondo que suas proposições funcionavam como 'mitemas', procurarei inseri-las num eixo simultaneamente diacrônico e sincrônico” (GOMES, 1997, p. 66).

Porém, na continuação de sua argumentação na mesma página, ele diz que seu exercício está muito distante daquelas apontadas pela antropologia estruturalista, pois segundo ele, o antropólogo analisa sociedades inteiras, enquanto que ele apenas um indivíduo, e mais, a antropologia fica apenas centrada na estrutura inconsciente, enquanto que as ideias de Henequim encontravam-se no plano da sua consciência. Nesse caso, é metodológica a inspiração buscada na Antropologia.

Conclusão

Podemos dizer que os novos problemas, os novos objetos e as novas abordagens fizeram parte do repertório historiográfico dos historiadores brasileiros no período entre meados dos anos 1980 a meados dos anos 1990. Não só na USP, mas na grande maioria dos programas de pós-graduação brasileiros isso é verificável, basta uma pequena análise nos catálogos de dissertações e teses para comprovar essa afirmação. A escolha desse programa em especial, se deve a várias razões, sendo uma delas a importância desse lugar de produção, não só pelo volume de sua produção, mas também pelo seu peso simbólico no campo, haja vista sua tradição. Ao mesmo tempo, essa importância é ainda maior se considerarmos o papel do seu mestrado, e, sobretudo, do seu doutorado, na formação dos quadros docentes da grande maioria das universidades brasileiras no período.



Contudo, embora essa presença seja significativa, a investigação quantitativa aqui realizada mostrou que o peso dos *Annales* na produção do PPGH/USP está longe de ser hegemônico, podendo até mesmo ser visto como tímido. Ao mesmo tempo, produção recente na área de história da historiografia dedicada ao período privilegiado nesse texto, mostra que outras e variadas correntes historiográficas circulavam na historiografia brasileira nas décadas de 1980 e 1990.

A observação mais detida dessa produção, aqui realizada com seis pesquisas, mostra uma situação certamente interessante. De um lado, esses trabalhos são responsáveis por descortinar novos temas e novos objetos, possibilitando aos historiadores e ao público leigo o conhecimento de aspectos até então negligenciados do passado histórico brasileiro. Por outro lado, a observação da prática desses historiadores fez aparecer conexões metodológicas com a Nova História, sendo o exemplo marcante a utilização de fontes eclesiais, algo fartamente realizado pela historiografia francesa. Ao mesmo tempo, com a ausência quase completa de trabalhos ligados a esses temas dedicados ao Brasil, o recurso sistemático observado no uso da bibliografia francesa fez com que comparações e correlações fossem praticadas intensamente, inserindo questões relativas ao passado histórico europeu na realidade histórica brasileira, procedimentos que aproximam e marcam a inserção da historiografia brasileira na historiografia global.

Por outro lado, a metodologia de pesquisa se fez nova, na medida em que a grande maioria desses trabalhos utilizam fontes até então quase inéditas e riquíssimas, tais como as produzidas pelos cronistas e pelos viajantes, algo observado também na maioria desses textos. Ainda aqui, outra questão a ser apontada é o diálogo que esses trabalhos estabelecem entre si. Com efeito, toda essa produção, que inclui não só os trabalhos aqui analisados, mas também os demais produzidos na USP, incluindo a produção de outros programas, é fartamente citada nas referências bibliográficas de todos esses textos, com muitas dessas referências fazendo parte de diálogos salutares dentro das reflexões dessas pesquisas. Assim, é bastante interessante que essas pesquisas possuam conexões muito aproximadas, conexões temáticas, de fontes e de referências teóricas e bibliográficas, que incluem, certamente, relações sociais aproximadas dentro dos programas e linhas de pesquisa.

Por fim, é *mister* apontar as questões de ordem teórica. Por um lado, observamos a utilização de teorias presentes em outros campos historiográficos, entre eles da Nova História, da Nova História Cultural, da Micro-História italiana, do Marxismo Cultural inglês, o que poderia ser apontado como importação acrítica dessas referências teóricas. Contudo, o que observamos é que muitas delas foram repensadas de acordo com as questões colocadas pela realidade histórica



brasileira. Como exemplo, temos a questão da circularidade cultural, presente nas discussões teóricas de Ginzburg e Bakhtin. No Brasil, essa noção se revelaria insuficiente, daí a utilização dessa noção dentro da ideia de sincretismo cultural que incluía a cultura erudita e popular, mas também a cultura negra, ameríndia e portuguesa. Ainda, nesse ponto, se de fato ocorreu nessa historiografia uma antropologização através da prática de temas antropologizados, por outro, percebemos que ela ocorre de maneira mais efetiva, pelo diálogo direto com os trabalhos antropológicos, sejam aqueles mais teóricos, seja aqueles referentes ao conhecimento produzido acerca das tribos indígenas brasileiras.

Os diálogos teóricos e metodológicos da historiografia brasileira com correntes historiográficas internacionais, marcados pela assimetria, é fenômeno complexo e diversificado. Ao mostrar uma das faces dessa complexidade, conseguimos perceber que as práticas historiográficas dessa pequena parte dos historiadores do PPGH/USP estiveram fortemente conectados aos franceses da Nova História. A utilização de temas de pesquisa, conceitos, teorias explicativas e práticas metodológicas gestadas na França e aplicadas ao passado histórico brasileiro nos coloca o desafio de repensar a nossa produção historiográfica na sua relação com diferentes contextos historiográficos ao mesmo tempo em que nos remetem às reflexões de Roberto Schwarz, se essas seriam também “as ideias fora do lugar” (SCHWARZ, 2014). Construir caminhos teóricos e metodológicos próprios e originais talvez possa ser o caminho para uma inserção mais efetiva e menos periférica dos historiadores brasileiros na historiografia global, a exemplo daquilo feito pelos indianos ligados aos *Subaltern Studies*.

Referências

- ANKERSMIT, F. R. Historicismo, pós-modernismo e historiografia. In: MALERBA, Jurandir. **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo, Contexto, 2006.
- ARAÚJO, V. L. The history of concepts and the history of historiography: a Brazilian trajectory. In: MATA, S. R.; PEREIRA, L. R.; MARTINS, L. E. (Orgs.). **Contributions to theory and comparative history of historiography traditions**. Frankfurt am Main: Editora Peter Lang, 2015.
- BELIEIRO, T. G. **A presença dos Annales no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo, 1985-1994**. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Assis, 2018.
- BELIEIRO, T. G., CARDOSO JR., H. R.. Diálogo assimétrico na historiografia brasileira: A Nova História entre os anos 1985 e 1994. **Revista Locus**, Juiz de Fora, v. 24, n. 1, fev./jul. 2018.
- BLANKE, H. W. Para uma nova história da historiografia. In: MALERBA, J. **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006.



- CAPELATO, M. H. R.; GLEZER, R.; FERLINI, V. L. A. A Escola Uspiana de História. In: CAPELATO, M. H. R. **Produção História no Brasil 1985-1994**. Catálogo de Dissertações e Teses dos Programas de Pós-Graduação em História. São Paulo: CNPq/História USP – ANPUH, 1995.
- CAPELATO, M. R. L. Perfil dos Programas de Pós-Graduação em História do País. **Revista Brasileira De História**. São Paulo, v. 14, n. 28, 1994.
- CARDOSO, C. F. **Ensaio racionalistas**: filosofia, ciências naturais e história. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- CERTEAU, M. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CEZAR, T. Hamlet Brasileiro: ensaio sobre o giro linguístico e indeterminação historiográfica (1970-1980). **Revista História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 17, abr. 2015.
- CURY, C. R. J. Qualificação pós-graduada no exterior. In: ALMEIDA, A. N. F.; CANÊDO, L. B.; GARCIA, A.; BITTENCOURT, A. B. (Orgs.) **Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- DEL PRIORE, M. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. 2 ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2008.
- DIEHL, A. A. **A cultura historiográfica nos anos 80**: mudança estrutural na matriz historiográfica brasileira – (IV). Porto Alegre: Evangraf, 1993.
- DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira nos anos 80**: experiências e horizontes. Passo Fundo: Editora da UPF, 2004.
- EAKIN, M. C. **Tropical capitalism**: the industrialization of Belo Horizonte. New York: Palgrave, 2011.
- FERREIRA, A. C. A Historiografia profissional Paulista: Expansão e descentramento. In: GLEZER, R. (Org.) **Do passado ao futuro**: Edição comemorativa dos 50 anos da Anpuh. São Paulo, Editora Contexto, 2011.
- FICO, C.; POLITO, R. **A história no Brasil (1980-1989)**: elementos para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto, Editora UFOP, 1992.
- FICO, C.; POLITO, R. **A história no Brasil (1980-1989)**: série de Dados. Ouro Preto, Editora da UFOP, 1994.
- GOLDSCHMIDT, E. M. R. **Convivendo com o pecado**: na sociedade colonial paulista (1719-1822). São Paulo: Annablume, 1998.
- GOMES, P. F. **Um herege vai ao paraíso**: cosmologia de um ex-colono condenado pela Inquisição (1680-1744). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- IGGERS, Georg G. WANG, Edward. **Global History of Modern Historiography**. Londres, Pearson, 2007. p. 1-16.
- KOK, G. **Os vivos e os mortos na América portuguesa**: da antropofagia à água de batismo. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- LINO, R. C. **Apropriações da micro-história na historiografia brasileira nas décadas de 1980 e 1990**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2017.



- MALERBA, J. **A história na América Latina**: ensaio de crítica historiográfica. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- MALERBA, J. **Ensaio**: teoria, história & ciências sociais. Londrina: Eduel, 2011.
- MALERBA, J.; JESUS, R. P. Marxism and brazilian historiography. In: Georg I.; WANG, E. (Orgs.). **Marxist historiographies**. London/New York: Routledge, 2016.
- RAGO, M. A nova historiografia brasileira. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, n. 11, jul. 1999.
- RAMOS, I. G. **Genealogia de uma operação historiográfica**: as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980. 2014. 378f. Tese (Doutorado em História e Sociedade) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2014.
- REIS, J. C. **Tempo, história e evasão**. São Paulo: Papirus Editora, 1994.
- RODRIGUES, L. S. Armadilha à francesa: homens sem profissão. **Revista História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 11, abr. 2013.
- ROIZ, D. S.; SANTOS, J. R. Historiadores brasileiros e franceses: uma hipótese para a recepção da Escola dos Annales no Brasil. In: ROIZ, D. S.; SANTOS, J. R. **As transferências culturais na historiografia brasileira**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.
- SCHWARZ, R. **As ideias fora do lugar**. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2014.
- SOUZA, L. M. **O diabo e a terra de Santa Cruz**: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- STONE, L. A. O retorno da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história. In: NOVAES, F. A.; SILVA, R. F. **Nova história em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naif, 2011.
- VAINFAS, R. **Trópico dos pecados**: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.